

MUNDO

Jornal Giramundo . nº 21 . Ano 06 Dezembro de 2006

MUNDO

Crianças voltam ao trabalho

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais conquista institucionalização. p. 7

Moradia digna é o direito de todos, mas realidade de poucos. p. 6

No município de Candeal, crianças e adolescentes são obrigadas a abrir mão do direito à escola e à diversão por inadimplências da prefeitura



EDITORIAL

Dezembro é o mês de comemorações. Este ano o PETI está completando 10 anos de história e transformação social na Bahia. O Programa foi e continua sendo a porta de entrada de uma discussão que a cada dia vem se ampliando – o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Nestes 10 anos de execução do PETI muitas coisas aconteceram, desde o seu fortalecimento, com projetos e ações que fizeram da Bahia um Estado dinâmico e inovador no que diz respeito à gestão social, como por exemplo: o Baú de Leitura, o Agente de Família e o Prosperar, como também denúncias das mais variadas, principalmente de municípios onde a gestão do Programa não acontece de forma correta, como é o caso do município de Candeal que você confere nessa edição. Além disso, você pode conhecer a realidade da moradia na região sisaleira que apesar de ser um direito de todos é a realidade para poucos. Não podemos esquecer de destacar no Gira o X Encontro Estadual do PETI que discutiu a importância do programa como implementador dos direitos da criança e do adolescente no estado. Portanto, sendo um programa que tem um modelo de gestão diferenciado vale a pena você entender mais sobre a atualidade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e muitas outras informações de dentro ou de fora da região.

Coluna do Bodin



Agricultores familiares têm novo prazo para adesão à Garantia-Safra

Os agricultores familiares da Bahia têm até o dia 29 de dezembro para aderir ao programa Garantia-Safra. Em 2006/2007, o programa disponibiliza 32.980 cotas para todo o estado. Para isso, basta comparecer ao escritório do órgão de extensão rural e assistência técnica do estado para obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) - Modelo da Garantia-Safra. No total, em todo o País, o programa criado pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) vai disponibilizar 459.091 cotas para a inscrição dos agricultores familiares que vivem na região semi-árida brasileira. A adesão dos agricultores terá mudanças em relação à inscrição. O objetivo é superar dificuldades detectadas pelos solicitantes e, assim, possibilitar maior agilidade ao processo de inscrição. Agora, a inscrição utiliza o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF), ao invés do Número de Identificação Social (NIS). Para a adesão ao Garantia-Safra no ano seguinte, será necessário apenas reconfirmar a participação. É importante destacar que, caso o agricultor faça alterações (como a área cultivada e o tipo de plantio), será necessário informar e modificar os dados na DAP.

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais discutem comunicação institucional

Com o objetivo de capacitar e discutir sobre a importância da comunicação institucional, aconteceu entre os dias 14 e 15 de dezembro, no município de Capim Grosso, a oficina sobre comunicação com destaque para o rádio e o jornalismo. Estiveram presentes, representantes dos dez Sindicatos dos Trabalhadores Rurais filiados ao Pólo Bacia do Jacuípe e comunicadores comunitários do território. “Foi um momento muito rico e importante, pois, a comunicação foi de fato entendida como um instrumento de mobilização social e visibilidade das ações desenvolvidas dentro dos Sindicatos”, afirma Nayara Silva técnica do MOC. Além dessa atividade, estão previstas outras ações junto aos STR's para discussão sobre o tema, o próximo encontro acontece no dia 12 de Janeiro de 2007 em Capim Grosso.

Juventude conquistando espaço

Em municípios como Retiroândia e São Domingos, na Região Sisaleira da Bahia, os Conselhos de Juventude já estão sendo formados tendo como objetivo incentivar os jovens a descobrir o seu verdadeiro papel na sociedade. Os conselhos atuam na busca de projetos que viabilizem a melhoria de vida da juventude no âmbito da geração e renda, além de promover seminários, palestras, debates e demais meios de sensibilização aos jovens que ainda não despertaram para os assuntos relacionados à sexualidade, drogas, protagonismo juvenil, políticas públicas, entre outros. No município de São Domingos aconteceu nos dias 08 e 09 de dezembro o seminário para discutir dentre outras questões o funcionamento do conselho. Ângelo Márcio Correia, coordenador do Coletivo Municipal de Juventude do município, avalia como um momento muito importante para os jovens. “Quando a gente participa, a gente só tem a crescer, e só organizados que conseguimos nosso objetivo”, afirma. Em Retiroândia, o conselho já foi aprovado. “Estamos esperando tornar Lei”, destaca Patrícia Araújo, integrante do conselho no município.



Jovens participam ativamente das discussões municipais

ESPAÇO DO LEITOR

Como afirmamos em todas as edições do Gira, esse espaço é dedicado ao leitor. Nessa edição quem nos escreveu foram as crianças do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do município de Candeal. A carta assinada por 63 crianças foi enviada aos Ministérios Públicos Estadual e Federal há quase sete meses, será publicada no giramundo como uma forma de tornar público a situação vividas pelas crianças e adolescentes de Candeal até o momento.

Programa de Erradicação do trabalho Infantil, 23 de maio de 2006

Vimos através desta para pedir aos senhores responsáveis, para que tome uma providência, pois precisamos da ajuda de todos. A escola Agnaldo Tavares Carneiro está infectada por pragas causadas por pássaros de nome pardal que geralmente faz da nossa escola seu habitat. Está insuportável ficar na sala, pois essa praga provoca coceiras, em muitos casos sofrimento, pois muitos de nós temos alergia.

Nós alunos, reclamamos da água que bebemos, pois não está sendo filtrada adequadamente e é salobra. A Unidade de Jornada Ampliada precisa

urgentemente de cuidados especiais. Infelizmente, alguns alunos estão sentando no chão por falta de mobiliários. Assim, não podemos vencer os obstáculos para o nosso desenvolvimento educacional. Hoje assistimos ao filme “Cuida bem de mim” que fala sobre o ambiente escolar que em muitos lugares são depredados por alguns alunos e outros têm a responsabilidade e a cidadania de conservar o seu ambiente. Pedimos também uma pessoa para limpar a área por que as plantas estão morrendo. Agradece, alunos do PETI.

Escreva para o Jornal Giramundo

R. Pontal 61, Cruzeiro, CEP: 44.017-170Feira de Santana-Ba. Tel/fax.: (75)3221.1393 giramundo@moc.org.br

GIAMUNDO

Realização: Movimento de Organização Comunitária
Coordenação: Programa de Comunicação do MOC
Edição e revisão: Cristiane Melo (DRT - 3275)
Reportagens: Agência de Mandacaru de Comunicação e Cultura e Programa de Comunicação do MOC
Diagramação e Design: Karime Salomão

Fotos: Lorena Amorim, Paulo Marcos e Camila Oliveira.

Apoio: UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Ministério da Cultura / Programa Pontos de Cultura e Instituto Simões Filho / A Tarde

Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura: Camila Oliveira, João Paulo Cerqueira, João Netto, Rose Rios e Sebastiana Eny.

Programa de Comunicação do MOC: Cristiane Melo, Klaus Minihuber, Lorena Amorim, Nayara Silva e Paulo Marcos. Colaboração: Aline Araújo e Renildo Carvalho.

Fale Conosco: MOC - Movimento de Organização Comunitária - R. Pontal 61, Cruzeiro CEP: 44.017-170 Feira de Santana/Ba, tel: (75) 3221.1393 fax: (75) 3221.1604 comunica@moc.org.br site: www.moc.org.br

Esgotado prazo para Cadastramento Único

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) está construindo uma ferramenta de informática para facilitar a integração do Programa Bolsa Família aos demais programas sociais do Governo Federal e estipulou o prazo de 31 de outubro desse ano para que os municípios realizassem o cadastramento único. O novo aplicativo permitirá identificar e selecionar, entre as mais de 11 milhões de famílias que recebem o benefício, aquelas que necessitam de outras ações governamentais.

No início de 2006, o MDS em conjunto com a sociedade civil, encabeçou a discussão do atual desenho pedagógico do Programa, integrando através da Política Nacional de Assistência Social, às ações e linhas gerais do PETI ao Programa Bolsa-Família (PBF) e aumentou o orçamento destinado ao pagamento das bolsas às famílias beneficiadas de R\$ 328, 2 milhões, em 2005, para R\$ 900 milhões este ano. Com a

integração, as famílias beneficiadas pelo PETI passam a receber ajuda financeira via *Bolsa Família*, evitando a duplicidade de ambos os benefícios. A meta do MDS para este ano, no entanto, é de chegar ao patamar de 3,2 milhões de crianças beneficiadas. “O levantamento mais preciso desses meninos e meninas será feito à medida que os municípios atualizarem os dados do *Cadastro Único* e preencherem o campo 270, no qual registram se o jovem é ou não utilizado como mão-de-obra”, alerta Isa Maria, Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Para todo efeito, O monitoramento e a fiscalização das crianças e adolescentes continua com o PETI, através das ações socioeducativas e de convivência (Jornadas Ampliadas).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), indicam que depois de 14 anos de queda, a taxa de ocupação de crianças e jovens de 5 a 15 anos de idade aumentou entre os anos de 2004 e 2005. Em 2005, aproximadamente 2,9 milhões de pessoas nesta faixa etária trabalhavam no país. Isa Maria, secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com sede em Brasília, considera que o número de adolescentes e crianças envolvidas em atividade econômica aumentou em 120 mil no ano passado. A secretária criticou o planejamento organizacional do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ao estabelecer a meta de 3,2 milhões de crianças cadastradas até 2006. “Podemos afirmar que a única mudança no PETI é sua integração ao Bolsa Família, mas, o cenário permanece o mesmo. A meta não vai se realizar”, declara.

Por Renildo Carvalho e João Netto

O processo de cadastramento das famílias nos municípios foi realizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) nas áreas rurais e urbanas, áreas definidas em reuniões realizadas com o poder público e sociedade civil, consideradas de maior incidência de trabalho infantil. Para os municípios que já estão no PETI há quase dez anos, foram definidos parâmetros e instrumentos de identificação das famílias apresentados em reuniões com os Grupos Gestores e nas Regionais do PETI, para que juntos pudessem identificar novas famílias com crianças em situação de trabalho para serem incorporadas à proporção que os adolescentes completam 16 anos.

Os municípios do território do Sisal e Bacia do Jacuípe obtiveram uma meta a ser alcançada em relação ao número de famílias e crianças para realização do cadastro único. O município de Candeal tinha como meta 230 crianças e 135 famílias, em Retiroândia 1.207 crianças e 710 famílias, em Quijingue 1.909 crianças e 113 famílias, em Capim Grosso 1.012 crianças e 595 famílias e em Riachão do Jacuípe foram 1.806 crianças e 1.062 famílias. Diante desses números, apenas o município de Riachão do Jacuípe conseguiu atingir quase 100% dos cadastramentos.

inseridas no PETI ou no *Bolsa Família*, devem frequentar a escola e as ações socioeducativas e de convivência.

Fonte: Rede And

Tabela de dados sobre repasse de bolsas

Pelo PETI, cada família recebe R\$ 40 por menino ou menina retirada do trabalho infantil na área urbana e R\$ 25 no campo. No Bolsa-Família, cada grupo familiar

recebe um benefício básico fixo de R\$ 50 e mais R\$ 15 por criança ou adolescente, podendo chegar a R\$ 95. Com a mudança, os repasses ficam da seguinte forma:

- **As famílias que têm renda** per capita mensal igual ou inferior a R\$ 100 que hoje recebem a bolsa do PETI para manter suas crianças longe do trabalho infantil serão transferidas para o *Bolsa-Família* e terão o benefício anterior cancelado.

- **Permanecem no PETI** aquelas com renda superior a R\$ 100 e cuja transferência implique em redução do valor do benefício recebido através deste programa. Para esses casos – que o MDS estima em 10% a 15% do um milhão de famílias

beneficiadas atualmente – serão mantidos no orçamento do Programa R\$ 50 milhões, a serem usados para o pagamento das bolsas.

- **Para receber as bolsas**, todas as crianças em situação de trabalho,

Descaso Público

Famílias do PETI há dez meses não recebem benefício e as crianças são obrigadas a trabalhar

No ano em que o Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) comemora 10 anos de história e transformação social no estado da Bahia, muitos desafios ainda precisam ser enfrentados. O Programa foi e continua sendo a porta de entrada de uma discussão que a cada dia vem se ampliando, como por exemplo, o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Durante 10 anos de existência do PETI muitas ações aconteceram. Ações que vão desde ao seu fortalecimento com projetos e ações que fizeram da Bahia um estado dinâmico e inovador. Podemos

destacar o projeto Baú de Leitura, o Agente de Família e o Prosperar. Diante dos desafios postos, estão as denúncias das mais variadas formas, especialmente dos municípios onde a gestão do programa não acontece de forma correta, como é o caso do município de Candeal.

Candeal, fica a 168 Km de Salvador e encontra-se com problemas referentes à condução das políticas públicas destinadas a população, como é o caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. No município, reina uma situação de abandono, desrespeito aos direitos humanos e má gestão dos recursos públicos. Crianças e adolescentes que são obrigadas a abandonarem a escola para exercerem trabalhos penosos a fim de ajudar no orçamento familiar. Jornadas Ampliadas sem água e condições higiênicas necessárias à prática do ensino, alimentação e transporte escolar precários – bens essenciais à dignidade humana, como educação, saúde e lazer estão sendo negados.

Segundo as informações do Grupo Gestor do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil a merenda repassada às crianças nas Jornadas consiste em suco artificial e carne de charque com farinha. Mesmo assim, o fornecimento não apresenta uma frequência regular. No município de Candeal, a

Diante do forte calor, crianças trabalham no roçado

situação é ainda pior. O valor da bolsa repassado pelo governo federal há dez meses não chega às mãos das famílias que possuem filhos cadastrados no programa. O quadro é preocupante e desafia os movimentos sociais e os governos estadual e federal a buscarem soluções imediatas.

Com a população estimada em 9.810 habitantes, Candeal limita-se com os municípios de Ichu, Tanquinho, Serrinha, Lamarão, Feira de Santana e Serra Preta. Relatos de famílias e crianças contempladas pelo programa ilustram o quadro desenhado pela gestão pública. “Nosso município é uma terra tranquila para morar”, conta Maria Miranda, moradora da sede. Miranda tem dois filhos cadastrados no PETI, e diz ser um orgulho vê-los estudando ao invés de levá-los para o trabalho doméstico que executa toda semana. Mas, por falta de infra-estrutura na gestão do programa, por não ter merenda nas Jornadas, nem transporte que os conduzam até a escola, os meninos filam as aulas para trabalharem como diaristas. Encaram tudo. Trabalho de roçado, lavanderia e motor de sisal. “A vida da gente é tão pobre que não temos condições de comprar nem o material didático. Há dez meses não recebo o recurso destinado às mães do PETI”, lamenta.

Maria Miranda é apenas um exemplo do descaso público espalhado no município. Ela faz parte do universo de mais de 100 famílias, que colocam as crianças no trabalho para ajudar no orçamento doméstico. O mesmo acontece com Ana Lúcia Lima, mãe de Cosme, Verlúcia e Vanessa Lima. Ana Lúcia está há 11 meses sem receber a verba destinada ao pagamento da bolsa e por isso considera que a má gestão municipal é culpada pela volta das crianças ao trabalho infantil. Sem verba e condições para adquirir alimentação, as crianças deixam de ir à Jornada Ampliada para ajudar aos pais no campo. Outro exemplo marcante é o que acontece com o adolescente N. C., 13 anos, que está cadastrado no PETI e matriculado na escola formal. Apesar disso, muitas vezes não frequenta as aulas por falta de transporte. Segundo Ivonete Carneiro, coordenadora dos monitores do município, o adolescente não frequenta a jornada há mais de seis meses e tem frequentado pouco às aulas na escola regular. “O PETI não funciona desde janeiro de 2006. As atividades pedagógicas estão paralisadas, se o programa tivesse funcionando teríamos muita coisa para mostrar”, afirma a coordenadora. O problema não é apenas pedagógico, e sim administrativo.

Para Maurício Cordeiro de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Candeal (STR), o que acontece no

município é consequência da má gestão pública e afirma ser inaceitável. “É vergonhoso. O município nunca prestou conta das verbas do PETI à Secretaria Estadual de Assistência Social Esporte e Lazer da Bahia (SETRAS)”, replica. O sindicato encabeçou a construção e produção de um documentário, vídeo/dvd, denunciando a situação aos Ministérios Público Estadual e Federal. De imediato, o Ministério Público Estadual convocou uma reunião com representantes da SETRAS para entender e esclarecer a denúncia. Romário da Silva, tesoureiro do STR, e um dos autores da denúncia considera que o processo está andando, mas cobra agilidade da justiça. “Queremos apenas que esta situação fique esclarecida para que as crianças voltem às aulas gozando de direitos cívicos garantidos por lei”, acrescenta. Romário é um fiel guardião dos direitos da criança e adolescente no município. No entanto, o interesse em desvendar o problema administrativo, fez com que o tesoureiro recebesse ameaças de morte por telefone.

O outro lado da história: O secretário municipal de Assistência Social de Candeal, Carlos Lima dos Santos, tem uma versão diferenciada para o caso das denúncias. Silvane Carneiro Lima dos Santos, mulher do secretário é atualmente a coordenadora do grupo gestor. Ela classifica como politicagem e perseguição a iniciativa da sociedade civil que traz a tona à falta de transparência na prestação de contas, indício de desvio de verbas e atraso nos recursos para pagamento dos benefícios. Carlos Lima argumenta que não existem famílias com dez meses de atraso. Segundo ele, existe uma pequena disfunção de seis meses do tempo em que o pagamento ainda era feito via caixa bancário e motivado diante da não prestação de contas da prefeitura e do grupo gestor à SETRAS. “Mas, isso está sendo resolvido. Desde a integração do PETI ao Bolsa Família não constatamos mais nenhum problema”, garantiu. Já na visão da SETRAS, apenas em

Candeal as jornadas estão funcionando parcialmente, e os recursos ainda não foram liberados este ano. Fátima Carvalho, representante da SETRAS, afirma haver dificuldade operacional. “Mas há um esforço coletivo tanto do poder público como da sociedade civil com os representantes do grupo gestor em solucionar essas demandas”, relata.

Por Renildo Carvalho

Encontro decide os novos rumos do PETI

Nos dias 19 e 20 de dezembro, no Centro Diocesano em Feira de Santana, acontece o 10 Encontro Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para discutir os rumos do programa, perspectivas, desafios, propostas e posições dos novos governos Estadual e Federal. O encontro contará com a presença de monitores/as, membros do Grupo Gestor, representantes da sociedade civil e do poder público, representantes da Secretaria Estadual de Assistência Social do Estado da Bahia (SETRAS), do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O tema que será debatido no Encontro é “O PETI implementando os direitos da criança e do adolescente no Estado da Bahia”. Eliana Carneiro do programa Criança e Adolescente do Movimento de Organização Comunitária (MOC),

conta que, “a perspectiva maior é com relação à continuidade das ações que o PETI desenvolve no Estado”. No encontro terá também a participação de representantes do Governo Federal que irá explicar sobre o PETI a nível nacional. “Queremos discutir com o novo Governo Estadual sobre as perspectivas que o mesmo tem para o PETI e aproveitar o momento para apresentar o modelo do Programa que temos na Bahia”, destaca Eliana.

Esse será um momento único para o PETI, principalmente na Região Sisaleira que hoje é referência Nacional e possui tantos resultados alcançados, como o Baú de Leitura, que é uma ação que rendeu bons frutos para as crianças. Desde 1996 quando foi implantado, o Programa tem reduzido fortemente o índice de trabalho infantil no Brasil. Este encontro por ser marcado

pelos 10 anos do Programa no Estado, torna-se um desafio à discussão, principalmente por tantas “novidades” estarem acontecendo, como por exemplo, a implantação da nova Política Nacional de Assistência Social, a integração do PETI ao Programa Bolsa Família e no nível estadual a nova gestão do Governo. Por esses e outros desafios, Márcio Mascarenhas, coordenador do Programa Criança e Adolescente do MOC, diz que “esse é um momento crucial para o programa”. Mais mesmo assim acredita fortemente que esse será um momento de construir e encaminhar propostas para melhor qualidade e desenvolvimento do PETI, a nível

Nacional e Estadual.

Por Camila Oliveira



Encontro fortalece experiências de convivência com o Semi-Árido

O VI Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (EconASA) que aconteceu entre os dias 20 e 24 de novembro, recebeu delegações dos 11 estados do Semi-Árido, sendo nove da região Nordeste, mais o Espírito Santo e Minas Gerais, que levaram cerca de 560 pessoas, entre delegados das ASAs estaduais e agricultores e agricultoras para trocarem

Experiência da Barragem subterrânea apresentada no evento



experiências. Para Antônio Bispo dos Santos, do município de São João, no sul do estado, as expectativas foram válidas. “O Encontro fortaleceu os povos do Semi-Árido, as suas identidades e as instituições que fazemos parte, aumentando a correlação de forças para disputar as políticas públicas no estado”, disse Bispo.

Agrofloresta, agricultura, floricultura, casa de sementes, horta orgânica e organização social das comunidades, foram algumas das 12

experiências apresentadas nas visitas de intercâmbio que aconteceram no VI EnconASA.

Aproximadamente 500 pessoas estiveram divididas visitando cada uma das experiências, que estavam localizadas no entorno da cidade do Crato (CE). A

maioria delas foi desenvolvida por agricultoras e agricultores da Região. A expectativa dos participantes do evento para essas visitas foi grande. “Para mim esse foi um dos melhores momentos, pois conhecemos novas técnicas e aprimoramos o que já sabemos”, diz Zé de Antônia, agricultor pernambucano.

Para Naidison Batista, do Movimento de Organização Comunitária (MOC), “esse foi um momento ímpar para a vida dos agricultores principalmente na troca de experiências, onde é dada a oportunidade para que as representações mostrem seus conhecimentos”, destacou Naidison.

O evento aconteceu na Escola Agrotécnica Federal do Crato e foi organizado pelo Fórum Cearense Pela Vida no Semi-Árido e pelo Fórum Araripense de Prevenção e Combate a Desertificação. Temas como acesso a terra e à água, agricultura familiar,



Família participa do processo na produção agroecológica

tecnologias adaptadas ao Semi-Árido, crédito, assistência técnica, juventude, etnia, gênero e cultura fizeram parte da programação.

O encontro foi e é um espaço político mais importante da Articulação, e dedicado à discussão e avaliação das políticas públicas voltadas para o Semi-Árido e fortalecimento das experiências de convivência com a região. Além de promover um intercâmbio de cultura, valores e conhecimentos entre aqueles que buscam, em conjunto, construir um Semi-Árido com mais deliberação, onde o acesso à água e a terra seja apenas o primeiro passo para uma vida digna na região.

Por Camila Oliveira

Salão dos Territórios: valorizando os atores sociais

Numa oportunidade nunca vista no território nacional, mais de 500 representantes dos territórios rurais estiveram reunidos na semana de 29 de novembro a 01 de dezembro em Brasília, onde participaram do salão Nacional dos Territórios Rurais. Durante o encontro, os participantes tiveram a oportunidade de dialogar sobre a realidade dos territórios rurais brasileiros.

O Salão Nacional dos Territórios Rurais foi um espaço de valorização dos atores sociais dos territórios,

além de ter estimulado a cooperação, onde foram apresentados projetos e soluções que fomentam a autonomia, autoconfiança e autogestão dos territórios rurais, melhorando a qualidade de vida da população. Os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sisal (CODES Sisal) e Jacuípe (CODES Bacia do Jacuípe) buscaram através do Salão dos Territórios potencializar as experiências de produção dos eixos

temáticos estratégicos na construção da identidade territorial dessas Regiões.

Representantes dos dois colegiados participaram do evento, com a incumbência de apresentar experiências desenvolvidas no âmbito da geração de trabalho e renda, valorização da agricultura familiar, construção de políticas agrárias, incentivo à juventude do campo, conquistas na área da comunicação e a revitalização da cadeia produtiva do sisal, principal fonte de renda para

os agricultores da Região Sisaleira. O evento contou com a divulgação interna e externa da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura, que durante os três dias de atividades mobilizou mais de 1500 participantes, através de peças de comunicação impressas e em áudio. O Salão Nacional dos Territórios Rurais foi promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

Por Renildo carvalho

Institucionalização do MMTR

Sem luta não se conquista

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) surgiu na Região Sisaleira em 1984 como estratégia de construção, mobilização e defesa dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos das mulheres. Com a organização do movimento, tem crescido muito as discussões em torno de representação política das mulheres trabalhadoras rurais.

Foram 22 anos de luta, e só agora elas conseguiram no dia 27 de outubro de 2006 no salão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha (STR) realizar a assembléia geral que aprovou o estatuto e elegeu a diretoria e o conselho fiscal do movimento

para os próximos três anos. Com a aprovação do estatuto, o MMTR pode representar política e juridicamente os interesses das mulheres trabalhadoras rurais da região semi-árida da Bahia, além de desenvolver ações de qualificação profissional de mulheres do campo para geração de oportunidade de trabalho e renda, se tornando protagonistas de ações.

Atualmente o MMTR está presente em sete municípios da Região Sisaleira da Bahia, sendo que cinco deles estão institucionalizados que são: Araci, Teofilândia, Retirolândia, Santa Bárbara e Serrinha. Com a organização do grupo elas conseguiram conquistar espaços de discussão na região, como o

Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES - Sisal) e participaram da campanha de documentação de mulheres, além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-Mulher).

Diante dessas conquistas, o desafio agora é a construção da própria sede e aquisição de equipamentos. Para Alvaíza Cerqueira, Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres de Lauro de Freitas, a institucionalização do movimento é mais uma etapa que é complementar a luta anterior, que era fazer com que as mulheres percebessem o seu potencial e a sua capacidade

de interferir no mundo em que vivem.

Segundo Marineide Dias, integrante do MMTR de Retirolândia, a palavra que resume o processo de institucionalização é independência. Ela diz ainda que o grupo ensinou às mulheres do campo a lutarem por seus direitos sem perder a essência de ser mulher.

Foram realizadas várias reuniões nos municípios em que o movimento tem atuado para a elaboração do estatuto. Clodoaldo Paixão, Técnico do Movimento de Organização Comunitária (MOC) trabalhou na construção do desenho institucional da entidade e diz que todo esse esforço foi válido ao ver o número de jovens que estão se dedicando ao trabalho.

Por Rose Rios



Emoção no momento da assembléia



Uma casa sem condições de vida: O problema da moradia no sertão

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, garante que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação ...” (artigo XXV, item 1).

“Isso aqui não é uma casa, provavelmente é uma arapuca”, Cosme de Jesus, passa por uma situação presente na vida de milhões de brasileiros. Não tem uma moradia digna. Aqui no sertão a vida ainda é pior. A falta de estrutura no campo faz do sertanejo um ser humano sem direitos. As casas muitas vezes são feitas de argila e pindoba. “Pra quem tem condições faz suas casas boas... eu não tenho, mas graças a Deus ainda tenho onde amparar a chuva e sol. Estou com maior medo de chegar às chuvas de trovoadas... outro dia mesmo caiu uma parede do meio e por sorte não matou ninguém”, desabafa Cosme de Jesus, 43 anos, pai de sete filhos e que mora na comunidade de Morros de Aroeira em Conceição do Coité*, um dos municípios mais pobres do Brasil segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

“Aqui eu ganho em média R\$ 30,00 a R\$ 40,00 por semana”, conta o agricultor familiar. E a água de sua casa de onde vem? “Água aqui nós pega nos tanques, não tem outra solução”. Levando em conta todo o País, os dados são assustadores. O Brasil tem um déficit de aproximadamente cinco milhões de moradias, segundo dados levantados pela Fundação João Pinheiro, instituição mineira que presta serviços técnico-especializados. Mesmo entre as pessoas que têm um teto, 8,8 milhões delas moram em locais considerados inadequados, carentes e sem infra-estrutura.

Outro morador da comunidade é Zacarias Gomes, 60 anos, que diz ser feliz em morar nesta região. “Mas aqui falta muita coisa, principalmente porque não tem água encanada, nem luz”. Pai de quatro filhos, ele sabe apenas assinar o próprio nome e ganha cerca de R\$ 40,00 reais por semana “vendendo o dia nas fazendas vizinhas”.

Cosme de Jesus faz um apelo. “Aqui mesmo eu preciso de uma casa, uma cisterna, de energia... Se não fosse os projetos sociais como o Bolsa Família era muito pior, podia se dizer que a gente não tinha nada, só promessa”. O morador comentou ainda que espera um novo comportamento do Governo da Bahia a partir de janeiro. “Eu peço que façam alguma coisa pra nós. Eles já ganharam a eleição... a gente botou eles lá para eles servir a gente na hora exata. Se a gente mudou é porque não agüentava mais o sofrimento. Faz até vergonha porque a energia é pertinho daqui e não botaram em nossas casas, é só promessa”.

E de promessa o agricultor não esquece. Em época de eleição os candidatos já prometeram até uma casa nova para a família, desde que votassem no grupo. “Os políticos passaram aqui e foi muito. Na eleição de prefeito mesmo, passaram aqui dizendo que ia fazer a minha casa e nunca foi feito nada. Eu disse a eles que não acreditava. Essa promessa é velha. Depois disso eu fui lá na prefeitura e o prefeito perguntou qual era meu nome e eu respondi. Depois ele disse que colocou o

meu nome na agenda e que nunca ia esquecer e ninguém nunca mais viu a cara dele aqui”.

Sem frequentar a escola, Cosme de Jesus não sabe assinar o próprio nome. “Eu não estudei porque a escola que meu pai me deu foi a enxada”. No final da entrevista ele desabafou. “A comunidade sofrendo e meus senhores só colhendo os bens que vem e a maior parte tudo sobrando”.

O plano do governador eleito Jaques Wagner, diz que “a gestão democrática de políticas públicas será prioridade, garantindo o direito às diferenças e à pluralidade cultural, e promovendo o acesso aos recursos naturais e econômicos e a serviços, tais como saúde, terra, moradia, água, crédito, assistência técnica e infra-estrutura”.

O direito à moradia está incorporado no direito brasileiro de acordo com os tratados internacionais de direitos humanos do qual o Estado Brasileiro é parte. Assim, obriga o Brasil (União, Estados e Municípios) a proteger e fazer valer esse direito. A Constituição Brasileira, no artigo 6º, garante a moradia como direito fundamental do ser humano.

Uma idéia que tem se mostrado muito eficiente são os mutirões, promovidos tanto nas áreas urbanas como nas rurais, para incentivar a contribuição dos próprios moradores na construção de suas moradias. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Conceição do Coité informa que teve que realizar a reforma de várias casas no sistema de mutirão para poder construir as cisternas do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC).

Um dos beneficiados com a iniciativa foi Joaquim Gomes de Jesus, que trabalha todos os dias cortando sisal e ganha R\$ 50,00 por semana. Casado, tem três filhos e mora em Morros, é vizinho de Cosme de Jesus. “A minha casa era uma barracão de lona e pindoba. Se não fosse o Sindicato tava muito pior. Hoje com ajuda dos amigos estamos bem melhor”, afirma Joaquim.

“Para ser feita a cisterna tivemos que praticamente construir a casa dele porque não tinha telhado, era um barraco bem pequeno”, explica Edivaldo Andrade, diretor do sindicato, entidade que participa da Comissão Municipal de Recursos Hídricos. “Depois do programa das cisternas mudou tudo, aqui não tinha nem água pra beber, bebia água do tanque de barro. E essa água tem muita diferença, porque a água da cisterna é água boa e do tanque é barrenta”, conta o sisaleiro.

Por Paulo Marcos



Realidade vivida no sertão por milhares de pessoas

- 8,8 milhões de brasileiros moram em locais considerados inadequados, carentes e sem a infra-estrutura.
- O Brasil tem um déficit de aproximadamente 5 milhões de moradias.

Município: Conceição do Coité
Renda per capita: 94,896
Índice de Des. Humano Municipal (IDH-M): 0,611
Ranking na Bahia: 249
Ranking Nacional: 4470